

# Políticas de Desenvolvimento Rural, produção e preservação ambiental: diálogo efetivo entre sociedade e natureza ou parasitismo mútuo de linguagem?

Osmar Tomaz de Souza<sup>1</sup>

PUCRS

Hieda Maria Pagliosa Corona<sup>2</sup>

UTFPR

Cimone Rozendo de Souza<sup>3</sup>

UNIBRASIL

Janise Bruno Dias<sup>4</sup>

UFMG

Joel Leandro Queiroga<sup>5</sup>

**RESUMO:** Os conhecidos limites e a insuficiência do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e no crescimento econômico vêm levando a sociedade a repensar práticas e a aprofundar o debate em torno do desenvolvimento sustentável. No meio rural, o termo “sustentável” foi incorporado às políticas públicas de desenvolvimento nas últimas décadas e trouxe implicações tanto para as práticas produtivas em curso quanto para a reprodução dos agricultores, especialmente os agricultores familiares. O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões e embates ligados aos temas espaços rurais, políticas públicas, desenvolvimento rural, produção e preservação ambiental a partir de resultados de pesquisas em municípios da Região Metropolitana de Curitiba (PR).

**PALAVRAS-CHAVE:** Heterogeneidade; políticas públicas; desenvolvimento rural sustentável.

**ABSTRACT:** The well-known limits and the insufficiency of Development Model based on industrialization and economic growth have compelled the society to rethink some practical and to be more involved on the debate around the sustainable development. In the rural areas, the acceptance of the “sustainable” adjectif for the Development Public Policies brought practical implications to the agricultural production and to the reproduction of familiar agriculture. The core of this paper is to present the analysis and the strikes on the subjects rural areas, public policies, rural development, production and environmental protection based on the researchs over the rural area of the Metropolitan Region of Curitiba, State of Paraná, Brazil.

**KEY WORDS:** Heterogenety; public policies; sustainable rural development.

## I. INTRODUÇÃO

A constatação dos limites e da insuficiência do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e no crescimento quantitativo da produção vem forçando o conjunto da sociedade brasileira a acompanhar o movimento mundial de “adjetivar” o conceito de desenvolvimento, referindo-se a ele como desenvolvimento “humano”, “social” e, especialmente, como desenvolvimento “sustentável”. Contudo, mesmo diante da constatação da crise ou dos limites desse modelo não se verifica uma verdadeira mudança de rumos nas trajetórias de desenvolvimento.

Mesmo enfrentando certa rigidez quando se tratam de mudanças, as dimensões social, cultural e ambiental do desenvolvimento ganharam fôlego e a própria “adjetivação” do conceito pode ser vista como um esforço de (re) construção do conceito de desenvolvimento. Em parte, isto deriva dos “efeitos inesperados” do modelo de desenvolvimento em curso - centrado no crescimento econômico – dentre os quais merecem lembrança o aumento da exclusão social na cidade e no campo, a persistência da fome no mundo, a perda de diversidade cultural, a degradação do meio ambiente, a perda da biodiversidade, a desertificação de grandes áreas anteriormente produtivas, dentre outros. Em conjunto, esses efeitos adversos vêm cumprindo o papel de alimentar os debates sobre o tema do desenvolvimento.

Nessa ampliação de visão do conceito de desenvolvimento, a dinâmica da natureza passa a ser vista em seu processo de interação com a sociedade e o estudo do ambiente natural, que por muito tempo restringia-se à idéia de preservação da “natureza intocada” (parques, unidades de conservação), passa a envolver também a noção de conservação da natureza incorporando a ação humana. Ou seja, alguns ambientes antropizados – casos dos sistemas agropecuários - que por um longo período não se constituíam em objeto de preocupação nesta seara vão ser integrados à problemática da preservação ambiental. Isto implica em reorientação dos padrões produtivos, sugerindo um novo tipo de racionalidade e uma nova forma de organização social que contemple as diversas dimensões da vida (sociais, econômicas, culturais e ambientais). Em síntese, há uma importante mudança de escala de tempo e espaço e uma outra forma de ver a relação *sociedade e natureza*.

Na agricultura e no rural a incorporação deste novo ideário, sobretudo a partir dos anos 1980, fez multiplicar a utilização do termo “desenvolvimento rural sustentável” tanto nos objetivos de políticas públicas quanto no discurso dos diversos atores que de uma forma ou de outra se relacionam o assunto. Ao assumir a indissociabilidade das dimensões econômica, social, ambiental e cultural nas propostas e projetos de desenvolvimento, passa-se a aceitar que na falta de uma delas, não teríamos um desenvolvimento *de facto*. E, por seu lado, a aceitação

desta premissa do desenvolvimento multidimensional amplia nossos desafios de ordem teórico-metodológica e prática pela complexidade que se agrega ao tema do desenvolvimento rural.

A relação ambiente/sociedade no espaço rural consiste tema privilegiado neste campo e, em especial, o heterogêneo e multifuncional espaço rural metropolitano de Curitiba (Paraná), lócus de pesquisas realizadas desde o ano de 2002 que resultaram nas reflexões apresentadas neste trabalho. Trata-se de um espaço rural que vem sendo objeto de estudo de um grupo de pesquisadores vinculados a diversas instituições brasileiras e estrangeiras que tem como ponto de convergência o Grupo Interinstitucional de Pesquisas “Dinâmicas Rurais, Agricultura e Sustentabilidade” cuja base está no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contando com pesquisadores das áreas de Agronomia, Antropologia, Biologia, Ecologia, Economia, Geografia e Sociologia, o referido grupo busca, a partir das interfaces entre as Ciências Sociais e as Ciências da Natureza, produzir conhecimento (e o reconhecimento) sobre a heterogeneidade e a multidimensionalidade desse rural, bem como agregar esforços na construção teórico-metodológica da abordagem interdisciplinar de pesquisa nos temas e objetos complexos como o espaço rural em questão, entendido como campo profícuo de reflexões acerca das relações ambiente e sociedade.

O presente trabalho traz reflexões sobre os temas políticas de desenvolvimento, produção e preservação ambiental a partir de resultados de pesquisas coletivas e individuais realizadas nesse rural metropolitano. Trata-se de pesquisas realizadas sob o enfoque interdisciplinar, entendido como uma possibilidade concreta de dar conta das múltiplas dimensões/funções e da heterogeneidade do espaço rural e regional. Pelos limites deste texto, são apresentados apenas resultados gerais de pesquisas de campo realizadas entre 2002 e 2006 que tiveram ênfase nos seguintes temas: a) a relação do ambiente físico com o desenvolvimento da unidade de produção familiar; b) a evolução e a dinâmica dos sistemas de produção locais; c) a relação entre a política ambiental e a agricultura familiar; d) a reprodução social da agricultura familiar; e) o acesso e a ação das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Para tanto, este texto está organizado da seguinte forma. No item 2, são apresentados sucintamente informações sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa desenvolvida. No item 3, destacam-se os principais resultados da (s) pesquisa (s) em suas diferentes ênfases, destacando sempre as interfaces sociedade/natureza que permearam toda (s) a pesquisa (s). No item 4, os resultados da pesquisa de campo são confrontados com o discurso e a prática de algumas políticas ambientais e de desenvolvimento rural, o que é feito com base na análise dos objetivos e na ação de políticas que agem sobre o espaço rural em questão. Por último são apresentadas algumas Notas Conclusivas.

## 2. O LÓCUS E A METODOLOGIA DA PESQUISA:

Conforme já salientamos acima, a pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada no meio rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e aqui o identificamos como um "rural metropolitano". Embora possa causar certa estranheza falar em "rural metropolitano", é preciso destacar aqui que a Região Metropolitana de Curitiba - RMC (Anexo I) é considerada pelo IBGE como aquela que possui a maior área rural dentre as regiões metropolitanas do país; 2/3 dos 15,5 mil quilômetros quadrados de área total da região consistem em área rural. Ou seja, a expressão é utilizada para indicar que, a despeito dos arranjos administrativos que englobam a totalidade do território em estudo como "metropolitano", há que se reconhecer e dar visibilidade a uma grande parcela do mesmo que não se enquadra nos preceitos do dito espaço "urbano". Na RMC, são quase 30 mil estabelecimentos agropecuários que se constituem basicamente de pequenas propriedades com área inferior a 25 hectares (84% do total de propriedades neste estrato de área).

A população total dos 26 municípios metropolitanos de Curitiba é de 2,7 milhões de habitantes e, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, 91,2% dessa população era urbana e 8,8% rural. Contudo, naquele mesmo ano, em vários municípios da região, a população rural superava os 70% (SOUZA, 2006; SANTOS et. Al. 2003)<sup>6</sup>. A produção agropecuária regional é importante tanto para o abastecimento dos centros urbanos próximos quanto no âmbito estadual, dado que a região responde pela maior parte da produção de olerícolas do Estado do Paraná, além de parte significativa da produção de frutas e aves (SOUZA, 2006; SANTOS et. Al. 2003). Apesar desses números ilustrativos, trata-se de um espaço rural pouco reconhecido institucionalmente, principalmente quando se trata das instituições responsáveis pelo planejamento das ações de desenvolvimento regional, caso da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Trata-se de uma espécie de rural "invisível" dada a pouca expressividade que ele assume nos documentos institucionais da COMEC e nas políticas públicas que tem a região metropolitana como beneficiária.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se uma abordagem interdisciplinar a partir do *objeto de pesquisa comum*. Ou seja, a elaboração da problemática geral de pesquisa capaz de englobar os interesses individuais bem como o próprio trabalho de investigação se deram tendo como objeto o rural metropolitano. Tendo o rural da RMC como recorte de pesquisa pré-definido (objeto de pesquisa comum), todas as etapas do processo foram fruto do trabalho coletivo da equipe multidisciplinar, que contava com a participação de pesquisadores das áreas de Agronomia, Antropologia, Biologia, Geografia, Economia e Sociologia.

Para tanto, assumiu-se que a interdisciplinaridade não se tratava (nem se trata) de uma "unificação de saberes" e sim de uma experiência capaz de favorecer

a “sociabilidade” entre as disciplinas. O trabalho envolveu um esforço de tradução das diferentes linguagens, de clarificação de conceitos próximos, de circulação de idéias em que cada pesquisador persegue seus objetivos e pode tirar proveito, caso seja possível, daquilo que identificamos como “produção coletiva”. Nesse contexto, a unidade, se é que podemos falar dela, só pode acontecer através de uma espécie de “comércio de idéias” (LEGAY, 1988). No âmbito da pesquisa desenvolvida, isto quer dizer que as principais categorias analíticas utilizadas (como desenvolvimento, agricultura familiar, ambiente, sociedade, heterogeneidade, reprodução, dentre outros) cumpriram o papel de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas.

Sabe-se que o maior problema das abordagens dessa natureza é a falta de uma formalização adequada. Com isso, também se aceitava (e aceita) que não existe uma fórmula para a interdisciplinaridade; ela vai se realizar de forma específica em cada caso. Fundamentalmente, o que se pode afirmar é que ela apresenta a vantagem de exigir aos pesquisadores a predisposição de dialogar com uma cultura científica diferente da sua e, provavelmente, a possibilidade de descrever e explicar problemas científicos novos e complexos.

Nesta pesquisa, a estratégia para a realização da interdisciplinaridade consistiu uma série de etapas que envolveram, além da definição do OBJETO DE PESQUISA COMUM, também a escolha de um PROBLEMA DE PESQUISA COMUM que permitisse o intercâmbio entre os pesquisadores. De forma sucinta, a seqüência da pesquisa se deu como segue:

1) A existência dos *interesses individuais de pesquisa*: foi com base nesses interesses individuais ou temas preliminares de pesquisa (reprodução social, política ambiental, sistemas de produção, interfaces ambiente/sociedade e políticas públicas) que o grupo de pesquisadores multidisciplinar se debruçou sobre o rural regional;

2) O *objeto de pesquisa comum* que consistia no Rural Metropolitano de Curitiba: o objeto comum visava estimular o intercâmbio e a integração entre os pesquisadores;

3) A *elaboração do diagnóstico regional preliminar*: que consistiu um trabalho de construção coletiva, desenvolvido durante oficinas de pesquisa interdisciplinar, e que serviu também para a troca de experiências e de aproximação entre as diversas especialidades disciplinares. Realizado entre novembro de 2002 e março de 2003, este diagnóstico representou um momento de confrontação das possibilidades metodológicas das diferentes disciplinas;

4) A *constituição de um referencial teórico e descritivo comuns*: buscando expandir ao máximo as “fronteiras” de cada especialização, ampliar a sociabilidade entre as disciplinas e facilitar o *comércio de idéias*. Nessa etapa, alguns *conceitos integradores* como: “heterogeneidade”, “diversidade”, “reprodução”, “rural”,

“ruralidade”, “agricultura familiar” e “desenvolvimento”, dentre outros, foram alvo de discussão e aproximação. Desta fase resultou um texto teórico coletivo, problematizando o rural metropolitano e apontando para um grande problema de pesquisa, posteriormente identificado como o “PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR SOBRE O RURAL DA RMC”.

5) *A definição do recorte espacial das pesquisas de campo coletiva e individual*: Esta definição teve como base o diagnóstico preliminar, a construção teórica coletiva e busca por espaços que fossem capazes de ilustrar (a) heterogeneidade do rural e (b) da agricultura familiar regional. Esta foi uma etapa que implicou uma seqüência de incursões nos municípios da RMC e a realização de dezenas de entrevistas com informantes ligados ao poder público, a sindicatos, conselhos, associações e a outras lideranças comunitárias. Esta etapa da pesquisa se desenrolou entre os meses de fevereiro e março de 2004 e se encerrou com a escolha de 03 municípios e 03 comunidades rurais para aprofundamento dos estudos e a realização das pesquisas de campo, quais sejam: Comunidade de Postinho (Tijucas do Sul), Santo Amaro (Mandirituba) e Mergulhão (São José dos Pinhais).

6) *A pesquisa de campo coletiva* consistiu a sexta etapa dos trabalhos, o que se deu entre os meses de agosto e novembro de 2004 e incluiu 94 famílias de agricultores familiares nas três comunidades. Nesta etapa, tanto a construção do instrumento de pesquisa quanto os trabalhos de campo foram feitos coletivamente por todos os pesquisadores envolvidos. Os objetivos desta fase do trabalho nas comunidades eram: (a) permitir a caracterização social, econômica, cultural e ambiental das comunidades; (b) responder, ainda que de forma preliminar, a alguns dos interesses de pesquisa individual que estivessem em “sombreamento” com os interesses dos demais pesquisadores. Ou seja, essa etapa consistia na exploração das “sociabilidades” concretas entre as diversas áreas e disciplinas envolvidas no trabalho. Por último, essa pesquisa coletiva deveria (c) oferecer os elementos necessários à seleção de amostras estatísticas estratificadas para o desenvolvimento de uma segunda etapa de trabalho de campo, mais qualitativa e específica a cada um dos interesses individuais de pesquisa.

7) A última etapa foi a *pesquisa de campo específica individual*, que se desenrolou entre os meses de outubro e dezembro de 2005 e que, novamente, envolveu atores sociais e agricultores familiares nos três municípios e comunidades rurais selecionados, buscando a qualificação de dados e informações bem como o aprofundamento dos temas individuais.

Para utilizarmos uma classificação técnica da pesquisa realizada dizemos, em consonância com Laburthe-Tolra & Warnier (1999), que ela envolveu quatro rubricas: “as que passam pelo *medium* da troca verbal; as que requerem uma instrumentação destinada a obter dados materiais; as que visam recolher uma documentação quantitativa ou histórica; as que, enfim, tentam revelar o não-dito

ou o que não se mostra” (p.429-420). Além do recurso de roteiros de entrevistas e do questionário de pesquisa, cabe ressaltar a importância dos documentos escritos fornecidos pelas prefeituras, conselhos e escritórios locais da EMATER, além da própria observação. Em suma, é correto dizer que os resultados da (s) pesquisa (s) combinam livremente as orientações acima. É o que, nos termos expressos por Cândido (2003), implica em recorrer, por um lado, à descrição, ater-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja “todos” os aspectos e, por outro, valer-se de amostras representativas dos grandes números, interessando-se pelas médias em que os indivíduos se dissolvem. O diferencial, no caso aqui exposto, é que todo esse processo foi capaz de garantir socializações e trocas contínuas que só puderam viabilizar-se por se tratar de um trabalho interdisciplinar.

### 3. O RURAL METROPOLITANO DE CURITIBA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS INTERFACES ENTRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS CIÊNCIAS DA NATUREZA:

A opção pela abordagem interdisciplinar e o reconhecimento da complexidade e da heterogeneidade do mundo rural nos colocam numa outra perspectiva de análise também em relação às políticas públicas de desenvolvimento rural e à sua ação. Tal perspectiva pode ser assim resumida: as políticas de desenvolvimento rural mostram certa “ignorância” em relação ao seu “objeto” (o próprio rural) e ao seu “público-alvo” (principalmente quando se trata do agricultor familiar) e isto tem sido responsável por grande parte da sua incapacidade de promover o desenvolvimento rural de fato. Tanto a agricultura familiar quanto o rural que lhe serve de “lugar” representam conceitos e realidades mal compreendidas pela maior parte das ações de desenvolvimento rural implementadas no país. Vejamos melhor a questão.

Em geral, falar do “campo” tornou-se um exercício complexo e polêmico de conceituação e, ao falamos dele, o fazemos com referência à cidade. Tomemos os exemplos das tipologias do IBGE e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).

A tipologia dos municípios do IBGE (citada por IPARDES, 2002), classifica os municípios em (a) urbano de grande dimensão, (b) urbano de média dimensão, (c) urbano de pequena dimensão, (d) em transição para o urbano de média dimensão, (e) em transição para o urbano de pequena dimensão e (f) rural de pequena dimensão. Ou seja, a referência é dada pela cidade, pelo urbano. Da mesma forma, a COMEC, no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do ano de 2001, ao considerar três categorias espaciais na região, o faz a partir da cidade, tendo como referência o urbano.

A primeira categoria utilizada pela COMEC é o “Núcleo Urbano Central”, consistindo na malha urbana conurbada e nos municípios que apresentam forte interação com o pólo metropolitano (Curitiba). A segunda categoria identificada foi o “Primeiro Anel Metropolitano”, compreendendo, “na mesma marcha, municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional” (COMEC, 2001, p.25). A terceira categoria definida consiste no “Segundo Anel Metropolitano”, que seria formado por municípios mais recentemente incorporados a RMC, nos quais predomina a configuração rural do espaço e a incipiente urbanização.

Observe-se que a categorização utilizada pela COMEC se dá basicamente pela proximidade geográfica dos municípios. Nenhuma referência ou ressalva é feita quanto à dinâmica ou à configuração social e econômica dos municípios em questão. Vejamos o caso dos dados populacionais.

Os dados do último Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000, identificavam a RMC com 91% de população urbana e apenas 8,8% de população rural. Um mínimo de detalhamento destes dados já vai evidenciar um equívoco, pois em 13 dos 26 municípios que compõem a esta região metropolitana, a população rural supera a população urbana. Em 07 destes municípios metropolitanos (Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Quitandinha e Tijucas do Sul) a população rural equivale a mais de 70% da população total. Curiosamente, o município de Campo Magro integra o “Núcleo Urbano Central” na tipologia da COMEC, mas segundo os dados do IBGE, o mesmo possuía mais de 87% da sua população no meio rural no ano de 2000. E além deste, outros 04 municípios incluídos pela COMEC no chamado “Primeiro Anel Metropolitano” (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda e Mandirituba) apresentam população rural acima de 50% relativamente à população total.

Para compreendermos melhor a profundidade destes “pequenos” equívocos de classificação urbano-rural, podemos lembrar a observação de Veiga (2002, p.31) de que “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características”. Via de regra, somos todas um pouco vítimas dessa “ficção oficial” que nos induz a olhar de forma equivocada a realidade de grande parte dos municípios brasileiros.

Em se tratando dos municípios da RMC, fica ainda mais difícil pensar em um *espaço rural* visto que a atenção imediata vai recair sobre o tamanho da população urbana e, certamente, sobre as dimensões socioeconômicas e espaciais do núcleo urbano regional, representado pela capital, Curitiba. Disto podemos inferir duas coisas. A primeira é que, tanto o recorte geográfico quanto o recorte populacional permitem a criação de tipologias e, como resultado, podem apresentar uma primeira

visualização da heterogeneidade regional. Em outras palavras, isto quer dizer que tanto as abordagens da COMEC quanto do IBGE são capazes de identificar a RMC como uma região heterogênea, pois identificam “tipos” diferentes de municípios. Entretanto, seu “viés” urbano da heterogeneidade regional traz implicações importantes no que trata da ação pública para o desenvolvimento rural. Isto nos conduz à segunda constatação: a de que tais critérios não são suficientes para a caracterização dos municípios (ou dos espaços) urbanos e rurais, e este é o aspecto que nos interessa ressaltar. Ademais, ainda que utilizemos o critério populacional, como no caso da metodologia do IBGE, um aprofundamento mais pertinente sobre o mesmo critério, pode resultar em uma percepção mais verdadeira da realidade. Os trabalhos de Souza (2006), Corona (2006) Rozendo (2006), Dias (2006) e Queiroga (2006) tratam desta questão enfocando a RMC e, ao cruzar indicadores socioeconômicos com aspectos ambientais, mostram que a heterogeneidade desses espaços se expressa de muitas outras maneiras. Isto é particularmente importante para o tema que nos orienta neste trabalho.

Ainda que para muita gente o rural nos dias atuais exista muito mais como um objeto de pesquisa do que como uma realidade efetiva, na prática vamos constatar que ele permanece, dentre outros, como um setor particular da sociedade, mesmo nas situações em que não se evidencia ao primeiro olhar, caso do rural metropolitano de Curitiba. Aqui, tanto quanto em outras regiões, é preciso se apropriar de novos instrumentos teóricos e metodológicos para apreendê-lo e caracterizá-lo como um lugar (ou lugares) no qual os elementos constitutivos da dinâmica social se exercem de forma original, quer seja este rural integrado em maior ou menor grau ou simplesmente alheio à dinâmica urbana.

Como já ressaltamos anteriormente, o aprofundamento do estudo do rural na RMC representava um duplo desafio. Primeiro, por conta da fragilidade metodológica que dá base à definição do que seriam os espaços rurais e urbanos na região. Segundo, porque a apropriação desses dados pelas instituições e pelos gestores de políticas públicas regionais em geral se dá com um viés urbano. Ou seja, uma análise geral do espaço metropolitano de Curitiba apontava, basicamente, para a dinâmica urbana do seu conjunto e não para a existência de espaços rurais com um modo particular de utilização e de vida social.

Contudo, as pesquisas realizadas mostraram que falar em espaço rural metropolitano não é apenas uma insistência exagerada dos estudiosos, um “voluntarismo afetivo” em reafirmar a existência do rural. Pelo contrário, as comunidades rurais estudadas representam o lócus privilegiado do mundo rural, guardando sentido e valores e se reconhecendo em uma identidade. Além disso, reforçam o (re) conhecimento do espaço rural da RMC, viabilizam uma outra caracterização da heterogeneidade dos mesmos e, especialmente, mostram dinâmicas próprias dessas coletividades que podem perfeitamente ser olhadas a partir destas e não a partir do urbano e da metrópole.

### 3.1 O RURAL “PERI-URBANO” EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: A COMUNIDADE COLÔNIA MERGULHÃO:

A comunidade Colônia Mergulhão situa-se a 10 Km do centro de São José dos Pinhais e a aproximadamente 20 Km de Curitiba. Ela está totalmente inserida na planície da porção média da bacia hidrográfica do Rio Pequeno, que forma a Área de Proteção Ambiental do Rio Pequeno (Figura I), um dos mais importantes mananciais de abastecimento da região.

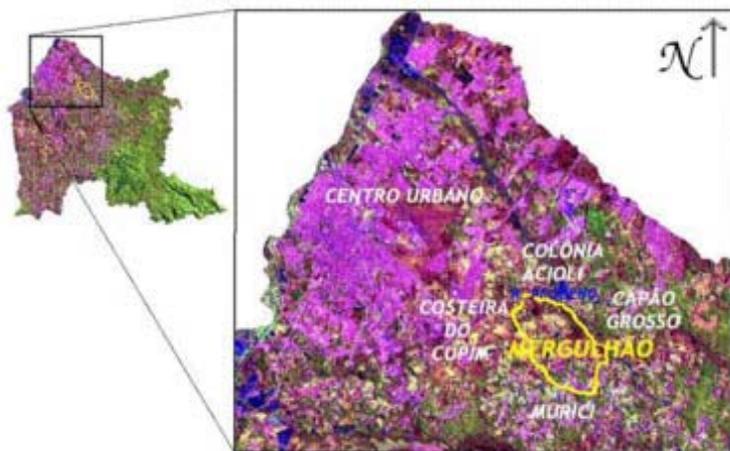


Figura I. Localização da comunidade Colônia Mergulhão no município de São José dos Pinhais.

Colônia Mergulhão é uma das 60 comunidades rurais de São José dos Pinhais e, segundo informação da Prefeitura do Município, nela moram entre 80 e 100 famílias, sendo aproximadamente 30 famílias de agricultores. A população total da comunidade é estimada em aproximadamente 500 pessoas. Além das famílias de agricultores, a comunidade conta com importante participação de um contingente populacional composto por moradores que trabalham nos centros urbanos mais próximos (São José dos Pinhais e Curitiba), o que é facilitado pela proximidade dos núcleos e a existência de transporte coletivo. Também existem diversas chácaras dedicadas exclusivamente às atividades de lazer (cantinas e cafés coloniais, pesque-pagues, pousadas, etc.).

O núcleo de imigrantes italianos vindos da Região de Vêneto, Norte da Itália, se estabeleceu na região entre 1870 e 1920. A existência dessa herança cultural italiana que inclui ainda alguns hábitos alimentares (produção de vinho, massas, queijos, salames, doces e outros produtos artesanais) inspirou a criação

de uma rota turística rural na comunidade no final dos anos 1990, chamada "Caminho do Vinho".

Embora nos anos 1970 a comunidade desenvolvesse principalmente a atividade leiteira e a produção de grãos (milho e feijão), atualmente ela ilustra o rural "moderno" ou "peri-urbano" e faz parte do cinturão-verde da metrópole. A evolução e as mudanças nos sistemas agrários (a forma de produzir, o que e como produzir) na comunidade estão relacionadas com a combinação dos seguintes fatores: proximidade dos centros urbanos, origem étnica, relevo plano e solos férteis, assistência técnica e apoio (linhas de crédito) da estrutura pública e privada de produção agropecuária que contribuíram com a adoção de tecnologias da "modernização da agricultura".

A adoção dessas tecnologias se, por um lado, possibilitou o aumento da escala de produção e comercialização e proporcionou, de forma relativamente homogênea, melhores condições de vida aos agricultores, por outro, levou ao uso intensivo e frequente do solo ao longo do ano, potencializando processos de erosão e contaminação dos recursos naturais.

A produção agrícola leva à forte matrização do meio físico (olericultura e pastagem) pouca diversidade de produção e de práticas que favorecem a biodiversidade e a conservação do potencial natural, produção voltada para o mercado agrícola. A lógica produtiva sofre forte influência das políticas urbanas por causa da sua proximidade geográfica com o centro urbano de São José dos Pinhais e Curitiba. Pode-se dizer que a infra-estrutura básica (água, luz, esgoto, telefone) é uniformemente distribuída e urbana. Sua relação com o potencial ecológico está no fato de a maior parte da área da comunidade se encontrar na várzea do rio Pequeno e sujeita às suas dinâmicas de inundações e pedogenéticas.

No entanto, na comunidade não se destacam práticas voltadas à conservação, apenas as impostas pela legislação (como a preservação das matas ciliares). A comunidade tem problemas com a fertilidade dos solos, aumento de pragas, mas observa o aumento da biodiversidade local e reclama a melhora da infra-estrutura urbana. As baixas declividades favorecem a instabilidade emergente de fraca a moderada, mas indicam problemas de erosão nas áreas de declive mais acentuado. É a comunidade que tem a segunda menor área de cobertura vegetal entre as três pesquisadas. Porém, resolve seus problemas com os processos morfogenéticos e pedogenéticos com tecnologias mais avançadas, como o uso de maquinário, pulverizadores, irrigação, etc.

### 3.2 O RURAL “MODERNO” EM MANDIRITUBA: A COMUNIDADE DE SANTO AMARO

A Comunidade de Santo Amaro situa-se a aproximadamente 10 Km da sede do município de Mandirituba e a 60 Km de Curitiba. Está localizada na região centro-oeste do município e a sudoeste da sede principal (Figura 2). É uma das 33 comunidades rurais do município e nela vivem em aproximadamente 50 famílias, perfazendo um total de 300 pessoas, segundo dados da pesquisa de campo.

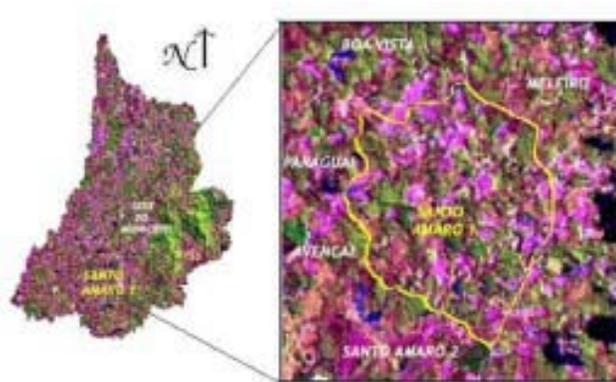


Figura 2. Localização da comunidade de Santo Amaro no município de Mandirituba.

A comunidade de Santo Amaro, onde há predominância de população cabocla, é remanescente de um antigo “faxinal”<sup>7</sup>, sistema de produção familiar de gestão coletiva do espaço que entrou em desagregação nas últimas décadas. Semelhante às outras comunidades, a atividade agrícola em Santo Amaro nos anos 1970 era baseada na produção de grãos e na criação de pequenos animais. A combinação entre a ação pública local (prefeitura e Emater) e a capacidade organizativa da Comunidade foi determinante para as mudanças ali ocorridas nas últimas décadas. A organização dos agricultores em associações (máquinas e implementos agrícolas em 1990 e produtores de frutíferas em 1970) fortaleceu o poder de comercialização e de adoção de tecnologias modernas na comunidade.

Assim, a evolução e as mudanças nos sistemas agrários relacionam-se principalmente com a relativa proximidade e fácil acesso aos centros urbanos, a heterogeneidade dos seus aspectos físico-naturais (relevo e fertilidade de solos) e sócio culturais, a assistência técnica e o apoio via crédito. Caracteriza-se como um rural “em modernização”, onde as mudanças ocorridas tanto no uso de tecnologias quanto em relação à integração aos mercados não foram adotadas de maneira

generalizada pelos seus agricultores o que reflete a diversidade de tipos e de condições de produção e de vida das famílias.

A paisagem da comunidade é fortemente marcada pela produção dos sistemas agrícolas, que predominam como fonte de renda familiar. Apesar de apresentar razoável número de práticas (a conservação de matas ciliares, a proteção das nascentes, a diversidade de produção, a moderada matricização do meio, etc.) que favorecem a biodiversidade, há que se ressaltar que as práticas de conservação dos solos e dos potenciais hídricos deixam a desejar porque estimulam o uso intensivo com a finalidade de aumentar a produção. Tem boa cobertura vegetal, provavelmente fruto das políticas ambientais do Estado e do estímulo das políticas municipais para a agricultura familiar de pequenas propriedades. Entretanto, a ocorrência de solos suscetíveis a erosão e relevo acentuado (quebrado) associados à baixa utilização de práticas de conservação de solos e uso de produtos químicos indica riscos potenciais de perda de solo e de contaminação das águas, risco que pode ser ampliado pelas atividades das lavadeiras<sup>8</sup> de olerícolas. A comunidade demonstra percepção de mudanças na biodiversidade e das conseqüências do uso intensivo de insumos químicos e tecnologias nos potenciais e cursos hídricos, na fertilidade do solo e processos erosivos. Mas, por outro lado, também se reconhece que a chegada da tecnologia foi positiva para o aumento da produção e da renda.

Os problemas apresentados pelo desgaste de solos e erosões, conseqüência do uso intensivo das áreas de cultura, do desmatamento e do uso inadequado dos potenciais hídricos são resolvidos pela comunidade com práticas agrícolas tradicionais (curva de nível, rotação de culturas, arado, etc.). Isso porque as culturas estão integradas não aos ciclos naturais, mas principalmente à dinâmica do mercado. Também estão sujeitas às variações climáticas (fortes chuvas, granizo e geadas), porém menos que em Postinho (Tijucas do Sul), o que se explica pela presença de tecnologia e assistência técnica fornecida por órgãos institucionais do município.

Igualmente se observa a presença de novas demandas e o aumento da pressão sobre o acesso à terra pela aquisição de chácaras e sítios para descanso e lazer por moradores dos centros urbanos, estimulados principalmente pelo fácil acesso, pela proximidade da serra, pela presença de boa cobertura florestal e pela beleza da paisagem.

### 3.3 O “RURAL PROFUNDO” EM TIJUCAS DO SUL: A COMUNIDADE DE POSTINHO:

A comunidade Postinho está localizada no extremo sul do município de Tijucas do Sul, estando a aproximadamente 25 Km da sede do município e a 70 Km de Curitiba. À leste, limita-se com a comunidade de Piraí e ao sul com a comunidade Rodeio no Estado de Santa Catarina, cuja divisa é definida pelo rio Negro. À Oeste seu limite é o rio Piraí-guaçú, rio que se estende por toda a porção norte da comunidade, porção na qual o limite é definido pelas áreas de reflorestamento existentes (Figura 3).

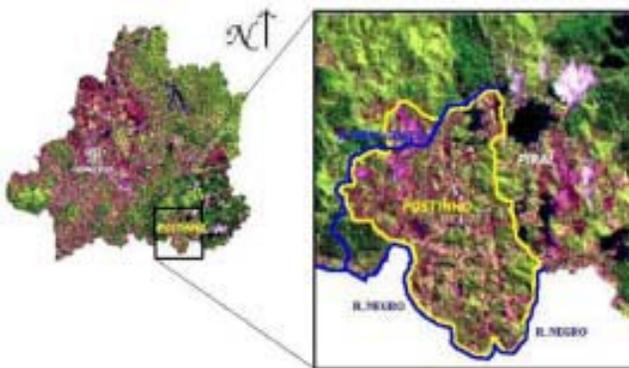


Figura 3 - Localização da comunidade de Postinho no município de Tijucas do Sul.

Também remanescente de um “faxinal” e com predominância de caboclos, a história da comunidade está relacionada ao surgimento do “Caminho dos Ambrósios”, caminho aberto no século XVII com o ciclo da mineração no Sudeste do Brasil e que passou a ser referência aos tropeiros na região. Situada na rota do caminho dos Ambrósios, aos pés da Serra do Quiriri, divisa com o Estado de Santa Catarina, a comunidade herdou seu nome de um antigo posto de fiscalização de fronteira. Atualmente, a estrada que liga a sede de Tijucas do Sul com a comunidade de Postinho é, em parte, a mesma que formava o “Caminho dos Ambrósios”.

A evolução e as mudanças nos sistemas agrários estão relacionadas com a distância e o difícil acesso aos centros urbanos (mercados consumidores), o relevo quebrado e os solos de baixa fertilidade, a ausência de assistência técnica e de apoio via linhas de créditos da estrutura regional pública e/ou privada. Com isso, observa-se baixa utilização de tecnologias (máquinas e insumos químicos) e relações comerciais caracterizadas pela forte dependência de intermediação e precárias condições de produção e de vida.

Postinho ilustra um rural “tradicional” ou “profundo”, com poucas transformações ocorridas nas práticas e nas técnicas produtivas, baixa artificialização do meio cultivado (pouco uso de máquinas e insumos químicos) e baixa pressão sobre os recursos solo (por exemplo, a caixa compactação do solo) e água (baixa contaminação).

Com isso, os sistemas agrícolas estão subjugados aos fatores naturais (erosões, desgastes de solo, fortes chuvas, granizo, geadas) devido provavelmente à falta de recursos econômicos. As culturas ainda são as tradicionais (milho, feijão, mandioca e inhame), e a diversidade se dá por motivo de sobrevivência (“planta-se tudo que dá”). Com isso, há baixa matrização do meio.

A comunidade está sujeita aos problemas de erosão (aos problemas da instabilidade emergente), relacionada com a retirada de cobertura florestal e o declive acentuado aliado à litologia que favorece tais processos. Resolve os problemas com práticas tradicionais (aragem, reviramento do solo, etc.) e é a comunidade cujos sistemas produtivos estão mais à mercê da dinâmica natural. Apesar da política privada à qual é submetida (empresas de reflorestamento, fumageiras e intermediários que comercializam carvão vegetal), possui a maior área de cobertura florestal das três comunidades, boa diversidade de produção, fraca matrização do meio físico, além das práticas que favorecem a biodiversidade e conservação do potencial natural, embora praticamente não existam políticas públicas (de nenhuma esfera) para o setor agrícola e social que cheguem à comunidade.

Apesar dos problemas com infraestrutura viária (sem asfalto), a comunidade é alvo de interesse recente pelo resgate histórico do “Caminho dos Ambrósios” e pela intenção do poder público de criar ali uma rota turística para explorar o potencial associado à beleza da paisagem e aos acidentes geográficos (cascatas, riachos, serras) como indutores de atividades de turismo e lazer. Bônus e ônus de sua condição geográfica e do baixo desenvolvimento das suas atividades agropecuárias, a comunidade é a que mais sofre a pressão da legislação ambiental e as restrições dela resultantes.

#### 4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO RURAL NA RMC: MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO OU “PARASITISMO” DE LINGUAGEM?

O olhar sobre as políticas públicas que agem sobre os espaços e atores pesquisados envolveu um amplo leque de instrumentos. Em poucas palavras, tratou-se de analisar a arquitetura e os objetivos de (a) alguns instrumentos de política ambiental nas diversas esferas, (b) ações e políticas de desenvolvimento regionais oriundas da COMEC, (c) políticas e ações de desenvolvimento rural das esferas municipal, estadual e federal e ainda (d) outras políticas com atuação no âmbito

das comunidades (como, por exemplo, políticas de saúde, educação, transportes, etc.). Embora não caiba aqui enumerar e discutir os instrumentos analisados na pesquisa, vale apontar que os principais destaques na análise ficaram por conta do Plano de Desenvolvimento Regional da COMEC, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Paraná 12 Meses, da Política Ambiental em várias de suas especificações e de uma variedade de políticas municipais existentes nos três municípios em estudo<sup>9</sup>.

Conforme já frisamos anteriormente, o debate sobre a relação sociedade e natureza ganhou fôlego nas últimas décadas pela constatação da crise do modelo de desenvolvimento adotado e, no caso da agricultura e do rural, pela incapacidade do mesmo de contemplar a sua diversidade. Nesses termos, a incorporação do adjetivo “sustentável” e as referências ao meio ambiente, ao social e ao cultural se tornaram recorrentes no discurso de uma vasta gama de atores sociais. É a partir deste tipo de referências nos textos e objetivos de políticas e propostas e à luz das pesquisas de campo que tecemos os comentários que se seguem.

Nos instrumentos analisados, encontramos constantes referências às múltiplas dimensões do desenvolvimento. Reiteradas vezes são elencados objetivos que falam, além da produção agropecuária, na importância da preservação ambiental e dos recursos hídricos (especialmente a água), na preservação dos aspectos socioculturais (capazes de estimular a exploração econômica do espaço via turismo e lazer) e também na a relevância social de manter os mesmos enquanto espaços de produção, emprego e moradia.

Entretanto, no âmbito das comunidades, destacaram-se o caráter “punitivo” e pouco educativo das políticas ambientais e a falta de sintonia destas e de outras políticas de desenvolvimento rural/regional com a realidade das populações e práticas produtivas locais. Vejamos alguns destaques.

Na Colônia Mergulhão, a mais “moderna” dentre as três, observou-se um consenso entre os agricultores pesquisados quanto à diminuição da área de mato e floresta, assim como do volume e da qualidade da água dos córregos e nascentes. No entanto, trata-se de uma comunidade localizada sobre uma Área de Proteção Ambiental (APA do Rio Pequeno) que consiste importante manancial de abastecimento de água da região. No que trata das políticas de apoio à produção, a despeito de sua manifesta opção pelo desenvolvimento rural “sustentável” (casos do PRONAF e do Plano de Desenvolvimento Regional da COMEC (2001)), a agricultura praticada nesta comunidade é intensiva na utilização de insumos químicos e, na prática, nenhuma ação parece estar estimulando mudanças. Apesar da evidente tensão entre produção/preservação, reprodução social dos agricultores/novas demandas sobre o espaço rural, várias políticas se apropriam de expressões como “desenvolvimento sustentável”, “preservação dos hábitos e tradições”, “garantia da sobrevivência” dos agricultores familiares, etc. sem serem de fato

objetivas e eficazes na execução. Por exemplo, apesar da pressão para a ocupação do espaço comunitário de Mergulhão por outras atividades (turismo, lazer) e para moradia dos trabalhadores “urbanos”, não se identifica um disciplinamento da ocupação do espaço local via políticas públicas que seja capaz de compatibilizá-lo com as atividades agropecuárias nele desenvolvidas.

Em Santo Amaro, a própria política de conversão produtiva (na verdade uma combinação de políticas estaduais e federais com forte ação municipal) foi e continua sendo elemento fomentador do conflito produção versus preservação, dado que estimula práticas intensivas e degradantes dos recursos naturais. Nesse caso, a despeito da pressão da política ambiental, também não se verifica grandes novidades na execução das políticas públicas. Ao se apropriar dos termos “preservação” em suas diferentes vertentes (preservação do meio ambiente, preservação dos hábitos, tradições, culturas, preservação dos modos de vida, preservação do patrimônio, etc.) ou do adjetivo “sustentável”, as políticas o fazem mais como um “affaire” de linguagem com poucos resultados práticos.

No caso da comunidade de Santo Amaro, a própria desarticulação do “faxinal” (o que também se deu em Postinho) é ilustrativa. O sistema “faxinal” foi sendo progressivamente eliminado e substituído nas duas últimas décadas do século passado por força da própria atuação do setor público quando já era razoavelmente forte o debate sobre a preservação ambiental na RMC. Atualmente, vem sendo objeto de estudos do Governo do Estado, numa tentativa de resgatá-lo. Isto porque aquele sistema passou a ser reconhecido como uma forma satisfatória de gestão do espaço, capaz de compatibilizar produção e preservação. Ou seja, a própria política pública não foi capaz de reconhecer as particularidades do sistema existente e as possibilidades que o mesmo apresentava no que trata da gestão do espaço.

Postinho parece ser o caso mais ilustrativo desta espécie de “parasitismo” de linguagem que se agregou aos objetivos de muitas políticas públicas. Trata-se da comunidade mais pobre dentre as estudadas, a que possui maior cobertura florestal e aquela cujas práticas apresentam menor pressão sobre a biodiversidade. Ao mesmo tempo, é onde mais se sobressaem os conflitos entre produção/preservação/reprodução dos agricultores. Nesta comunidade, mesmo práticas tradicionais dos agricultores enfrentam restrições. Contudo, diferente das outras duas comunidades, em Postinho, nem a produção nem a reprodução das famílias de agricultores está garantida. Assim, as ações que buscam a preservação do meio ambiente se colocam num contexto diferente dos dois outros casos.

Do exposto, infere-se que se a política ambiental não consegue dialogar com as diferenças e com a heterogeneidade do rural e da agricultura familiar local (penalizando mais os que já estão mais fragilizados), também não o faz a maior parte das políticas de desenvolvimento rural na região. Estas políticas ambientais têm dificuldade tanto de contemplar a diversidade de situações da agricultura

familiar quanto de tratar adequadamente os aspectos ligados à conservação do ambiente físico e à preservação do patrimônio sociocultural desse tipo de agricultura. O mesmo se observa nas políticas de desenvolvimento regional que, se por um lado, podem viabilizar a produção agropecuária, por outro, mostram limites para garantir a preservação ambiental ou regulamentar minimamente uma ocupação do espaço que diminua a tensão “preservacionista” que se estabelece em decorrência da atividade produtiva e da reprodução dos rurais metropolitanos.

Em resumo, observa-se nas políticas muito mais a apropriação de expressões e da linguagem do debate sobre o desenvolvimento sustentável e suas múltiplas dimensões - um “parasitismo” mútuo de linguagem - do que uma efetiva mudança de rumo e um diálogo efetivo entre objetivos e práticas das (nas) políticas de apoio à produção, preservação e preservação ambiental.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ser exaustivo ou conclusivo, este trabalho apenas buscou trazer um aporte ao debate sobre a realidade do mundo rural brasileiro – reconhecidamente heterogêneo e diverso – e algumas ações de políticas públicas que dele se ocupam. Mais especificamente, apresentou um olhar interdisciplinar sobre o rural metropolitano de Curitiba e sobre a diversidade de situações nele encontradas, com destaque para três estudos de caso ali realizados.

Entende-se que o mérito da pesquisa interdisciplinar realizada, cujos resultados foram parcialmente aqui apresentados, é exatamente a capacidade que esta abordagem nos dá de compreender um mesmo objeto, uma mesma realidade, sob diversos ângulos.

Ao discutirmos os resultados das pesquisas, os elementos que mais se sobressaíram foram a heterogeneidade e a diversidade das trajetórias e das realidades nas três comunidades em questão. Ao que parece, a capacidade de explicitar as especificidades de cada uma delas e de reconhecer suas diferenças e similitudes é fruto e mérito do trabalho interdisciplinar.

No caso dessa pesquisa, destacaram-se tanto elementos mais ligados às Ciências Sociais (casos da produção, da reprodução social, do olhar sobre as políticas públicas, etc.) quanto os mais afeitos às Ciências da Natureza (o ambiente físico, os sistemas de produção, as práticas de conservação, etc.). A evidenciar diferenças e limites nessas áreas, o objetivo foi aproveitar suas interfaces e interligações e as imensas possibilidades de diálogo e trocas que se abrem na investigação do agrícola, do rural e do desenvolvimento a partir de abordagens como aquela que resultou neste trabalho.

E, em conformidade com os casos aqui apresentados, pudemos salientar que as ações voltadas a esse universo (agrícola, rural) vem incorrendo muito mais



NOTAS:

<sup>1</sup> Economista, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professor da FACE e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-PUCRS). osmar.souza@pucrs.br. Endereço para correspondência: Rua José do Patrocínio, 120 apto 208, Cidade Baixa, CEP 90050-000. Porto Alegre – RS.

<sup>2</sup> Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento; Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). pagliosa@utfpr.edu.br .

<sup>3</sup> Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professora da UNIBRASIL – Curitiba-PR. cimonej@terra.com.br.

<sup>4</sup> Bióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pesquisadora Projeto Switch, IGC-UFMG. janisebruno@yahoo.com.br.

<sup>5</sup> Agrônomo, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Consultor. joelqueiroga@sercomtel.com.br.

<sup>6</sup> Estes são os casos dos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha e Tijucas do Sul.

<sup>7</sup> O sistema “Faxinal” era dividido em duas áreas: área de criação e área de planta. A área de criação ou o “criador comunitário” era uma forma de organização que se estabelecia entre proprietários da terra para sua utilização comum, englobando as moradias e a criação de animais soltos. A área de planta era separada do criador (uma forma de preservar as lavouras da invasão dos animais) e destinada principalmente à policultura alimentar de subsistência (milho, feijão, arroz, batata e cebola).

<sup>8</sup> As Lavadeiras são estruturas (galpões ou outras construções) existentes na comunidade onde se realizam a lavagem e a seleção dos produtos antes do envio para a CEASA em Curitiba.

<sup>9</sup> Para uma abordagem mais detalhada destas políticas e sua ação, ver os trabalhos de SOUZA (2006), ROZENDO DE SOUZA (2006) e CORONA (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Antônio. 2003: *Os parceiros do rio bonito*. 10ª Edição. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. 2006: “*A Reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba*”. Tese de Doutorado. Curitiba: MADE/UFPR.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLINATA DE CURITIBA. 2001: *PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão*. Curitiba: COMEC. 79 p.

LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. 1999: *Etnologia – Antropologia*. Petrópolis: Vozes.

LEGAY, J.M. 1988: "*Méthodes et modèles dans l'étude des systèmes complexes*". In JOLLIVET, Marcel. *Pour une agriculture diversifiée*. Paris: L'Harmattan.

ROZENDO DE SOUZA, Cimone. 2006: "*Políticas ambientais, agricultura familiar e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba*". Tese de Doutorado. Curitiba: MADE/UFPR.

SANTOS, A.; BERTOTI, LUIZ; QUEIROGA, Joel, CORONA, Hieda; DIAS, Janise B.; SOUZA, Cimone R.; SOUZA, Osmar Tomaz. 2003: "*Diagnóstico preliminar sobre a Região Metropolitana de Curitiba*". Curitiba: Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento-UFPR, março de 2003.

SOUZA, Osmar Tomaz de. 2006: "*Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental*". Tese de doutorado. Curitiba: MADE/UFPR.